

A integração agroalimentar no Cone Sul e os desafios para a segurança e a soberania alimentar

Sara Garay

Vínculo Institucional: Instituto de Relações Internacionais (IRI) - PUC-Rio

Resumo:

Atualmente, a atividade agrícola dos países latino-americanos se organiza em função de cadeias globais de produção e comercialização, estruturas orientadas ao atendimento das demandas por matérias-primas agrícolas, alimentos e outros produtos agroindustriais em nível mundial. Este artigo tem como objetivo estudar a configuração dessas cadeias na região do Cone Sul – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Especificamente, o trabalho problematiza o papel das empresas transnacionais do agronegócio que controlam grande parte dos processos, resultando em uma subordinação das estruturas produtivas e atores locais à sua lógica de atuação. Considerando o cenário analisado, apresentam-se também algumas breves reflexões a respeito dos desafios para a segurança e a soberania alimentar nesses países.

Palavras-chaves:

Cadeias agroalimentares globais – Cone sul – Segurança e soberania alimentar.

Abstract:

At present, the agricultural activities of Latin-American countries are organized according to global production and commercialization chains', structures oriented to meet the demands for agricultural raw material, food and other agro-industrial products at a world level. This article aims to study the configuration of these chains in the Southern Cone region – Argentina, Brazil, Paraguay and Uruguay. Specifically, we question the role of the transnational agribusiness companies that control a great part of the processes, resulting in a subordination of the local production structures and actors to their ways of working. Considering that scenario, we also present some brief reflections about the challenges to food security and food sovereignty in those countries.

Key Words:

Global agrifood chains; Southern Cone; food security and sovereignty

Introdução

Atualmente, grande parte da atividade agrícola dos países latino-americanos está organizada em função de cadeias globais de produção e comercialização, estruturas orientadas ao atendimento das demandas por matérias-primas agrícolas, alimentos e outros produtos agroindustriais em nível mundial. O aprofundamento dessa integração, entre as estruturas produtivas e mercados desses países com os circuitos mundiais de produção e comercialização de bens agrícolas – processo que ganhou amplo impulso a partir dos anos 1990 – resultou em um rápido desenvolvimento rural, em termos de um aumento significativo da produtividade e dos intercâmbios comerciais, que derivou, principalmente, da crescente adoção de novas formas de produção no campo¹.

A consolidação das “cadeias agroalimentares globais” e o ritmo do desenvolvimento agrícola dessas sociedades, contudo, são amplamente conduzidos pelas corporações transnacionais do agronegócio – notavelmente, de origem europeia e estadunidense – que controlam grande parte do desenvolvimento e dos investimentos em novas tecnologias de produção, assim como grande parte dos fluxos comerciais de bens agrícolas a nível mundial. Enquanto a agricultura é habitualmente retratada como uma atividade própria dos países da América Latina – que são colocados como os grandes fornecedores mundiais de alimentos – ao analisarmos a situação de forma mais crítica, vemos que se trata de uma impressão enganosa, na medida em que grande parte dos processos produtivos é direta ou

¹ Dessa forma, o modelo da agricultura “moderna” ou “capitalista”, comumente referida como “agronegócio”, se estendeu rapidamente nesses países, como um fenômeno simultâneo e inerente ao processo de integração produtiva em nível global. Além da estreita vinculação com os mercados mundiais, o agronegócio se caracteriza por ser um modelo intensivo no uso de capital (maquinários e insumos tecnológicos) e de recursos energéticos (combustíveis fósseis e água), em detrimento da utilização do trabalho humano.

indiretamente controlada por empresas privadas estrangeiras que buscam atender a demandas específicas.

Considerando esse contexto, o presente trabalho tem como principal objetivo analisar a configuração dessas cadeias na região do Cone Sul – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – caracterizando a forma como esses países se inserem na atual dinâmica agroalimentar mundial. Verifica-se que, esses países se destacam como importantes fornecedores de *commodities* agrícolas (especialmente, de soja). De fato, o crescimento massivo da produção desse cultivo na região nos últimos anos, colocou esses países como os principais produtores e exportadores mundiais de soja. A presença das corporações transnacionais do agronegócio na região é forte, conforme será evidenciada nos dados sobre os fluxos de Investimento Estrangeiro Direto (IED) na agricultura (produção primária) e na agroindústria nesses países.

A primeira parte do artigo visa descrever brevemente a configuração das relações econômicas internacionais contemporâneas no âmbito da agricultura, marcadas pela consolidação das cadeias agroalimentares globais e pela ascensão das corporações transnacionais do agronegócio, a fim de contextualizar o estudo. A seguir, apresenta-se a análise a respeito da inserção da América Latina e, especificamente, dos países do Cone Sul nessa dinâmica, apontando-se dados como: o comportamento dos fluxos de IED em agricultura na região, e o ritmo de produção das *commodities* agrícolas nos últimos anos. Esses dados evidenciam a ampla expansão do modelo do agronegócio na região, assim como o alto grau de “internacionalização” das atividades agrícolas, em termos de sua notável orientação para o mercado externo e da forte presença estrangeira nas dinâmicas produtivas.

No final do artigo, traçam-se algumas reflexões a respeito das implicações desse modelo de desenvolvimento e integração econômica para a conquista da segurança alimentar por esses países. A segurança alimentar se refere à

disponibilidade (oferta) e à possibilidade de acesso (de forma contínua) a alimentos em quantidade e qualidade adequadas por parte das pessoas². Na última década, diversos países da América Latina têm avançado em direção a esse ideal, combatendo a pobreza e promovendo a erradicação da fome em seus territórios (FAO, 2014). Acreditamos, porém, que o cenário analisado se mostra adverso para o aprofundamento dessas conquistas e para a sua sustentabilidade no longo prazo.

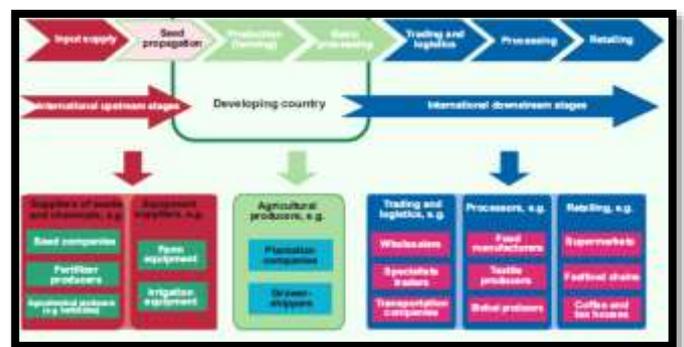
Cadeias agroalimentares globais e corporações transnacionais: a configuração das relações internacionais contemporâneas no âmbito da agricultura

Ao analisar as dinâmicas agrárias contemporâneas verifica-se que a produção e circulação de alimentos e matérias primas agrícolas estão cada vez mais organizadas em nível global, em que os setores mais dinâmicos das diversas economias nacionais e seus mercados consumidores se integram a estruturas globais de produção e distribuição de alimentos e bens agroindustriais. Conforme mencionado na introdução, as firmas transnacionais do agronegócio constituem o núcleo organizador desse modelo, ao controlarem grande parte dos fluxos comerciais mundiais das *commodities* agrícolas e dos investimentos no desenvolvimento de novas tecnologias e demais atividades relacionadas à produção agrícola (Moreira, 2004; Friedland, 2004). Surgem e se consolidam, assim, as chamadas “cadeias agroalimentares (ou cadeias agroindustriais) globais”, referentes a essas estruturas globais que agrupam as diferentes fases do processo de produção agrícola, desde a elaboração e fornecimento de insumos, passando pela produção (cultivo) propriamente dita, até as fases de

processamento e distribuição dos produtos finais elaborados (Piñeiro, 2004).

Uma ilustração desse esquema pode ser apreciada na **Figura 1**, onde se verifica que, simultaneamente à ampliação mundial dessas cadeias, instala-se uma “divisão do trabalho”, na medida em que os países “em desenvolvimento”³, em geral, se especializam nas fases da produção primária dos cultivos agrícolas – conseguindo, em algumas ocasiões, incorporar também atividades de processamento básico – ao passo que, os segmentos em que acontece a maior agregação de valor aos produtos, se localizam fora desses países.

Figura 1 – Cadeia de valor global do agronegócio e as economias em desenvolvimento



Fonte: Adaptado de UNCTAD (2009:107)

A organização da estrutura de produção agrícola e agroindustrial em nível global, assim como a lógica de atuação das corporações transnacionais (e a sua centralidade nesse esquema), também podem ser verificadas na **Tabela 1**, que apresenta uma classificação das maiores empresas em cada segmento da cadeia global do agronegócio e seus

² Sobre o conceito de Segurança Alimentar e a sua evolução fomos informados pelo curso virtual “Agricultura Familiar en América latina y el Caribe, sector clave para la seguridad alimentaria”, oferecido pela FAO, no período de 16 de outubro a 31 de dezembro de 2014.

³ Em conformidade com a nomenclatura utilizada pela UNCTAD (2009), fonte da mencionada ilustração.

países de origem⁴. Com base nos dados da Tabela 1, constata-se que as corporações transnacionais oriundas dos países “desenvolvidos” são dominantes nos segmentos relacionados à produção agrícola, que são as atividades consideradas estratégicas da cadeia e, em geral, de maior rentabilidade⁵. Já no segmento da produção agrícola propriamente dita, também se verifica a atuação de grandes empresas, porém, com uma maior participação de empresas oriundas de países “em desenvolvimento”.

Tabela 1 – As dez maiores firmas transnacionais da cadeia global do agronegócio em 2007

N.	Produção	Fornecedores de insumos	Fabricantes de alimentos e bebidas	Varejistas	Outros (de propriedade privada)
1	Unilever (Reino Unido)	Archer-Daniels-Midland (EUA)	Archer-Daniels-Midland (EUA)	Walmart Stores (EUA)	Cargill Inc. (EUA)
2	Deere Food Company Inc. (EUA)	Bayer AG (Alemanha)	Unilever (Reino Unido)	Metro AG (Alemanha)	Monsieiro Inc. (EUA)
3	Force India Motors (EUA)	Dow Chemical Company (EUA)	Archer-Daniels-Midland (EUA)	Carrefour SA (França)	Lactalis (França)
4	Sociedad (Luzerna)	Deere & Company (EUA)	Unilever (Reino Unido)	Tesco PLC (Reino Unido)	Suzuyo Ltd. (Japão)
5	Charmoon Polymers (EUA)	ZF Dr. Paul Dr. Nemours (EUA)	Coca-Cola Company (EUA)	McDonald's Corp. (EUA)	De. Anker KEG (Alemanha)
6	Chiquita Brands International (EUA)	Syngenta (Suíça)	3M Miller (EUA)	Delhaize Group (Bélgica)	Lesaffre Dreyfus Group (França)
7	Boji Kepong (Malásia)	Yara International ASA (Noruega)	Diageo PLC (Reino Unido)	Koninklijke Ahold NV (Holanda)	Sarilla (Itália)
8	RWS (Alemanha)	Potlatch Corp of Saskatchewan (Canadá)	Pinacol Ricard SA (França)	Sodexo (França)	Farnese (Itália)
9	Rafim (Malásia)	Kubota Corp. (Japão)	Cadbury PLC (Reino Unido)	Cargill Group PLC (EUA)	Keynote Foods LLC (EUA)
10	Camelia PLC (Reino Unido)	Monsieiro Company (EUA)	Range Limited (EUA)	Seven & I Holdings Company Ltd. (Japão)	McCain Foods Ltd. (Canadá)

Fonte: Adaptado de World Investment Report 2009 (UNCTAD, 2009:124; 239-242)

⁴ Nesse quadro elaborado pela UNCTAD (2009), os diferentes segmentos da cadeia de produção são separados em dois grandes grupos: as atividades relacionadas à agricultura (“*agricultural-related*”), que correspondem às quatro últimas colunas; e as atividades de base agrícola (“*agricultural-based*”), referentes à atividade de produção em si, e que corresponde à primeira coluna do quadro.

⁵ Um segmento em que se verifica esse forte controle é no de fornecimento de insumos para a produção. No mercado global de sementes em 2011, por exemplo, as dez maiores empresas fornecedoras de sementes de marcas próprias detinham em conjunto uma parcela de 75,3%. Já as dez maiores empresas que atuavam no mercado mundial de agroquímicos no mesmo ano (elaborando produtos para a “proteção de cultivos”, como inseticidas, herbicidas e fungicidas), detinham uma parcela de 94,5% (ETC Group, 2013).

Apesar da persistência do padrão de oligopolização do sistema agroalimentar global pelas economias desenvolvidas e seus agentes econômicos ao longo das últimas décadas, recentemente tem se vislumbrado alguns espaços em que os países em desenvolvimento conseguem uma maior participação nessa estrutura, seja incorporando um maior número de atividades das cadeias globais em seus territórios, atraindo maiores fluxos de investimentos, ou apoiando a ascensão internacional de empresas locais.

A ascensão de países como Brasil⁶ ou China no âmbito do agronegócio – e de outros países chamados “emergentes” – pode parecer uma boa oportunidade para desafiar essas estruturas tradicionalmente dominadas pelas economias dos Estados Unidos, e de alguns países europeus. Todavia, essa nova tendência parece estar se configurando sob as mesmas lógicas que, no final, levam a uma maior polarização social (no nível nacional) e oligopolização do sistema (no nível mundial), mudando apenas a origem ou localização geográfica desses nós – isto é, de quem passa a controlar esses oligopólios – não fazendo muita diferença para os pequenos produtores ou o público em geral (Wilkinson, 2009).

Por fim, com relação às principais características das relações econômicas internacionais contemporâneas no âmbito da agricultura, cabe ressaltar o fenômeno do “*landgrabbing*” (ou de “*estrangeirização*” de terras). Ao longo do processo de modernização da agricultura nas diferentes sociedades em questão, as atividades de produção agrícola – seja cultivo ou criação de animais – em geral, permaneceram sob o comando de atores locais. Isso não significa que as tendências de concentração no uso e na propriedade da terra não tenham acontecido.

⁶ O Brasil se coloca como um importante exemplo desse novo fenômeno, a partir dos avanços no seu setor de biocombustíveis (especialmente, na produção de etanol) e do surgimento de transnacionais brasileiras no setor agroalimentar, como a JBS-Friboi.

Contudo, o que tem chamado a atenção dos políticos, ativistas e acadêmicos nos últimos anos, é a proliferação de operações comerciais envolvendo grandes superfícies de terra e volumes de capital ao redor do mundo, principalmente, nos continentes dotados com vastas extensões desse recurso – como na África e na América Latina. Isto é, tem-se verificado um maior envolvimento de capitais e agentes estrangeiros nas dinâmicas locais de apropriação e concentração da terra. Para além das divergências conceptuais a respeito da definição do fenômeno⁷, os estudos sobre o tema têm coincidido em apontar para uma crescente dinamização do mercado de terras, principalmente nos países “do sul global”, levantando preocupações a respeito dos impactos desses processos para as tendências de polarização social e degradação ambiental que, em geral, são mais graves nessas sociedades.

A inserção dos países do Cone Sul na dinâmica agroalimentar global

Nesta seção, apresenta-se a análise a respeito da inserção da América Latina e, especificamente, dos países do Cone Sul na dinâmica agroalimentar global, apontando-se dados referentes à região, como: o comportamento dos fluxos de IED em agricultura; as tendências de “estrangeirização” da terra; e o crescimento da produção dos cultivos comerciais (*commodities*), principalmente, da soja. Essas informações evidenciam, além da vasta expansão do modelo do agronegócio nos países da região, o alto grau de “internacionalização” de suas atividades agrícolas, tanto em termos de sua marcada orientação para o mercado externo, como em termos da notável presença estrangeira nas dinâmicas produtivas.

Nos últimos anos, os investimentos globais em agricultura e nas atividades *relacionadas* têm aumentado significativamente (CEPAL, 2013; FAO, 2013; UNCTAD, 2009), sendo um indicativo central dos padrões de ampliação das cadeias agroalimentares globais. A maior parte desses investimentos tem se orientado para as atividades da agroindústria, e para os “países desenvolvidos”, sugerindo que grande parte dos processos que geram maior valor agregado na cadeia agroalimentar global ainda está fortemente concentrada nesse grupo de países (UNCTAD, 2009). Por outro lado, a parcela de IED voltada para o setor primário desses países perdeu peso relativo ao longo desses anos – passando de representar 91% para 52% dos fluxos totais – devido a que os países em desenvolvimento começaram a atrair esses fluxos cada vez mais (CEPAL, 2013:106).

Na **Tabela 2**, é possível apreciar o comportamento geral desses fluxos nos últimos anos. Verifica-se que, apesar do aumento significativo no montante global, os investimentos na agricultura e na agroindústria ainda representam uma percentagem mínima dos fluxos *totais* de investimentos.

Tabela 2 – Fluxos estimados de IED (*inward*) para a agricultura e agroindústria – Em bilhões de dólares e percentagem*

Grupo	Agricultura (setor primário)		Agroindústria (alimentos e bebidas)	
	1989-1991	2005-2007	1989-1991	2005-2007
IED (<i>inward</i>) Mundial	0,6	3,3	7,2	40,5
	0,3%	0,2%	3,8%	2,8%
Economias desenvolvidas	-0	0	4,8	34,1
	(...)	(...)	3,2%	3,2%
Economias em desenvolvimento	0,6	3	2,4	5,1
	1,8%	0,8%	6,8%	1,4%

* As percentagens indicadas se referem às parcelas que esses fluxos representam com relação aos fluxos *totais* de IED recebidos pelo grupo em questão, no mesmo período.

Fonte: Adaptado de UNCTAD (2009:112)

⁷ Ver o estudo da FAO (2012) “Dinámicas del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe: concentración y extranjerización”, e a crítica realizada por Borras *et. al.* (2012).

Com relação ao comportamento dos fluxos de IED em agricultura direcionados para os países da América Latina, mais especificamente, verifica-se que o Brasil tem se colocado como destino preferencial na região. Tomando como referência o período de 2003-2011, tem-se que o país se colocou como principal destino de IED em agricultura na região das Américas, superando inclusive os Estados Unidos (FAO, 2013:24). Já entre 2005-2007, o Brasil recebeu U\$S 421 milhões, representando o terceiro maior fluxo (*inward*) de IED para o setor agrícola (atividades primárias), após a China e a Malásia (FAO, 2013:30). Outros países latino-americanos que emergem como importantes receptores de IED no âmbito da agricultura (considerado as atividades primárias), a partir da segunda metade da década de 2000 são a Argentina e o Uruguai. Já no setor agroindustrial, Brasil, México e Argentina se colocam como principais receptores nesse período (CEPAL, 2013)⁸.

No caso dos países do Cone Sul, os investimentos estrangeiros se dirigem especialmente às atividades da cadeia *relacionadas* à produção dos “cultivos agrícolas básicos”⁹ – como os cereais (trigo e milho), oleaginosas (soja) e cana-de-açúcar. Conforme exposto anteriormente, as grandes corporações transnacionais do agronegócio têm amplo controle dos segmentos de fornecimento de insumos para a produção e de processamento e comercialização dos bens agrícolas a nível mundial e, naturalmente, marcam forte

⁸ Considerando os fluxos de IED acumulados entre 2005-2010 para uma amostra de dez países da América Latina, a CEPAL (2013) apontou que um total de US\$ 9.255 milhões se destinou à agricultura (atividades primárias), representando 1,8% do total de IED recebido pelo conjunto nesse período, e sendo os principais países receptores: Brasil (38,2%), Uruguai (22,4%), e Argentina (14,3%). Já o IED dirigido para a agroindústria nesses mesmos dez países atingiu o total de 42.933 milhões de dólares no mesmo período (representando 8,3% do total de IED recebido pelo conjunto), sendo os principais receptores: Brasil (37,9%), México (35,9%), e Argentina (15,5%).

⁹ Refere-se aos cultivos que servem de base para elaboração de diferentes produtos agroindustriais, desde alimentos e ração animal, até biocombustíveis (CEPAL, 2013).

presença na região. Destaca-se, por exemplo, as firmas do grupo “ABCD”¹⁰ – ADM, Bunge, Cargill e Luis Dreyfus Commodities – do segmento de *trading*¹¹, que assumem um papel central na cadeia de produção agrícola no Cone Sul (principalmente, da soja), conforme será evidenciado mais adiante.

As firmas transnacionais também se consolidam na região como líderes no segmento de elaboração de alimentos e bebidas. Todavia, nesse âmbito, tem-se observado o surgimento de uma nova geração de empresas agroalimentares “*translatinas*”¹², que estão ganhando espaço nos mercados mundiais e regionais. Dentre as 51 maiores empresas agroalimentares na região da América Latina – listadas no *ranking* das 500 maiores empresas da região pela revista *América Economía* (2011, *apud* CEPAL, 2013:104) – 21 eram firmas *translatinas*. Nesse grupo, ressalta-se a posição das firmas brasileiras atuantes no mercado da carne, em especial da empresa JBS-Friboi que figurou no primeiro lugar entre as empresas do setor agroalimentar, e na nona posição no *ranking* das 500 maiores empresas da região (CEPAL, 2013:105).

¹⁰ Essa denominação resultou de um artigo publicado no “*The Guardian*” em 2011 (CEPAL, 2013). O artigo se intitula “The Global Food Crisis: ABCD of food – how the multinationals dominate trade”, e está disponível em: <<http://www.theguardian.com/global-development/povertymatters/2011/jun/02/abcd-food-giants-dominate-trade>>. Acesso em: 21.05.2014.

¹¹ Refere-se às empresas que se dedicam à coleta e comercialização dos bens agrícolas. Esse segmento não aparece de forma separada no esquema elaborado pela UNCTAD (apresentado anteriormente na **Tabela 1**) por conta de uma questão metodológica. Mas a sua relevância e das firmas que se inserem nessa fase não deixam de ser discutidas no seu relatório (UNCTAD, 2009:126), na medida em que também se verifica um alto grau de concentração das atividades nas mãos de (poucas) firmas transnacionais, que atuam como ponte entre a produção dos bens agrícolas nos diferentes locais ao redor do mundo e a demanda da agroindústria global, realizando operações de coleta, armazenagem, processamento inicial e comercialização das matérias primas agrícolas.

¹² Trata-se das empresas transnacionais com origem na América Latina ou no Caribe (CEPAL, 2013).

Outro segmento, atrelado diretamente à dinâmica de produção dos bens agrícolas básicos, que está experimentando um notável crescimento na região e que conta com maior participação de atores e firmas locais, é o de elaboração de biocombustíveis. No Cone Sul, Brasil e Argentina se destacam como importantes produtores, principalmente de etanol, no caso do Brasil, e de biodiesel no caso da Argentina. De acordo com a CEPAL (2013), na medida em que esse ramo se encontra em uma fase incipiente de seu desenvolvimento, ainda não se verifica um processo forte de concentração por poucas empresas – como acontece nos demais segmentos – resultando em um maior espaço para a atuação de empresas locais.

Por fim, a ampliação das cadeias agroalimentares e dos investimentos estrangeiros diretos na América Latina e no Cone Sul, tem alimentado tendências de concentração (e desnacionalização) também no âmbito das atividades primárias de produção, apesar de que tal segmento não se coloca (a princípio) como destino preferencial dos fluxos de IED, ou como atividade central das firmas transnacionais do setor – que, conforme evidenciado anteriormente, concentram as suas operações nas atividades relacionadas à agricultura. Nos últimos anos tem-se assistido a uma rápida dinamização dos mercados de terras, impulsionada pela compra de vastas extensões de terra por capitais (ou estados) estrangeiros, dando lugar ao fenômeno do “landgrabbing” ou “estrangeirização” (FAO, 2012; Borrás *et al.*, 2012).

A respeito dessas tendências na América Latina e no Caribe, Borrás *et al.* (2012) apontam que, pelo menos dez países da região da América Latina – Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guatemala, Paraguai, Peru e Uruguai – sofrem atualmente com o fenômeno da “estrangeirização” em grau significativo, ao passo que outros três países (México, Panamá e Nicarágua) o experimentam menos intensamente. Além disso, os autores identificaram que as dinâmicas de concentração e de estrangeirização da terra nos países da América Latina e do Caribe adotam um

caráter “intra-regional”, ao serem impulsionadas, em grande medida, por investimentos oriundos da própria região.

As tendências com relação aos fluxos de IED em agricultura na região evidenciam a contínua expansão e consolidação das cadeias agroalimentares globais na região da América Latina, assim como a centralidade assumida pelas corporações transnacionais. Todavia, é nos dados sobre o crescimento da produtividade e da superfície cultivada das *commodities* agrícolas, que se verifica mais claramente a rápida expansão do modelo do agronegócio na região, e a tendência de especialização desses países no fornecimento de matérias-primas agrícolas para a agroindústria global.

No caso do Cone Sul, o cultivo que se coloca como a principal evidência dos desenvolvimentos ocorridos na agricultura nas últimas décadas é a soja. De fato, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai se apresentam como importantes produtores desse cultivo – sendo que, os três primeiros, se colocam entre os principais produtores e exportadores de soja a nível mundial. O crescimento massivo da produção de soja na região nas últimas duas décadas pode ser apreciado na Tabela 3.

Tabela 3 – Crescimento da superfície (hectares) e da produção de soja (toneladas) nos países do Cone Sul

Países	1990		2000		2010		Variação superf. (1990-2010) %	Variação prod. (1990-2010) %
	Superf.	Prod.	Superf.	Prod.	Superf.	Prod.		
Argentina	4.961.600	10.700.000	8.637.503	20.135.800	18.130.799	32.677.371	261,62 %	382,31 %
Bolívia	143.372	232.743	416.984	1.197.231	922.115	1.917.150	243,16 %	728,72 %
Brasil	11.487.300	19.897.804	13.640.026	32.754.958	23.327.296	68.756.543	103,07 %	245,55 %
Paraguai	899.900	1.794.818	1.176.460	2.980.060	2.671.039	7.480.435	106,82 %	315,71 %
Uruguai	28.500	37.000	8.900	6.800	863.200	2.000.000	2928,77 %	5305,41 %

Fonte: Elaboração própria com base em dados da FAOstat, disponíveis em: <http://faostat.fao.org>.

A disseminação das novas técnicas e insumos tecnológicos para a produção constitui um fato notável da expansão do agronegócio da soja na região. A semente transgênica de soja, por exemplo, foi incorporada primeiramente na Argentina, em 1996, e a partir daí foi sendo introduzida de forma ilegal nos países vizinhos – no Brasil, Paraguai e Bolívia. Posteriormente, diante do fato consumado, os governos desses países acabaram por aprovar oficialmente a utilização da semente transgênica de soja em seus territórios. De acordo com a FAO (2007:3), no final dos anos 1990, a semente de soja transgênica respondia por 75% da superfície cultivada na Argentina, e 10% no Brasil. Já por volta de 2007, estimavam-se proporções de 95% e 35% respectivamente. Também no Paraguai e no Uruguai, essas proporções seriam altas: para o período de 2004/2005, estimava-se uma proporção de 60% e 99% da área cultivada, respectivamente³³.

Dessa forma, no período 1996-2004, a produção de soja nos países em questão registrou um crescimento recorde, passando de 39 milhões de toneladas em 1996, para aproximadamente 87 milhões em 2004, representando uma expansão 1,7 vezes maior que o crescimento na produção global de soja, superando amplamente o ritmo de crescimento da produção nos Estados Unidos – historicamente, o principal produtor e exportador mundial de soja – e indicando que o “boom mundial de soja é essencialmente um fenômeno sul-americano” (FAO, 2007:IX). Em conjunto, os países do Cone Sul passaram a se colocar como os principais produtores e exportadores mundiais do cultivo, sendo responsáveis por uma parcela

³³ Até hoje, a disseminação das sementes transgênicas continua a um ritmo avançado na região, especialmente, após a aprovação de outros cultivos transgênicos além da soja, como o milho e o algodão. Em 2013, a superfície cultivada com transgênicos – referente às plantações de soja, milho e algodão – chegou a 40,3 milhões de hectares no Brasil, a 24,4 ha. na Argentina, a 3,6 ha. no Paraguai, e a 1,5 ha. no Uruguai, representando um aumento percentual de 250%, 36%, 80% e 275%, respectivamente, com relação à superfície cultivada com transgênicos em 2006 (James, 2013:3).

cada vez maior do total produzido e exportado a nível mundial.

Conforme temos argumentado ao longo do texto, a agricultura (neste caso, a economia da soja) não se restringe aos países do Cone Sul. Trata-se de um esquema de produção que se organiza em nível mundial, por meio de uma longa cadeia de processos e envolvendo diversos atores, indo além do âmbito da produção (cultivo) em si. Nesse esquema, os países do Cone Sul se inserem fundamentalmente como principais fornecedores do cultivo, em função da vasta disponibilidade de recursos para sua produção (essencialmente terra e água). Já as atividades dos demais segmentos – de fornecimento de insumos para a produção, industrialização e comercialização – estão amplamente controladas pelas firmas transnacionais do setor.

No segmento do fornecimento de insumos, destaca-se o papel da firma estadunidense Monsanto, proprietária das principais marcas que compõem o pacote tecnológico utilizado no cultivo de soja na região. É notável também o grau de domínio das transnacionais no segmento de *trading*, onde se destaca o grupo “ABCD” – ADM, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus – que realizam grande parte da coleta, processamento e comercialização (exportação) dos cereais e grãos oleaginosos cultivados na região.

Nos últimos anos, as grandes multinacionais de *trading* têm optado, cada vez mais, por realizar o processamento da soja e de outros cultivos básicos – para a elaboração de farinha e óleo vegetal, produtos que também servem de insumos para a agroindústria – nos mesmos locais onde são produzidas as matérias-primas. Dessa forma, têm contribuído para o desenvolvimento de indústrias de processamento de grãos oleaginosos e cereais nos países do Cone Sul, sobretudo, na Argentina e no Brasil – e, em menor medida, no Paraguai.

Os diferentes graus com que essas indústrias avançam nesses países se relacionam tanto à contínua expansão dos cultivos na região como à existência de incentivos governamentais e políticas de desenvolvimento voltadas para o crescimento desse segmento. A Argentina tem sido o país que consegue agregar mais valor à soja em seu território, realizando 80% das exportações na forma de farinha ou óleo, ao passo que o Brasil tem realizado a maior parte de suas exportações de soja em estado bruto, devido, em grande parte, a que a legislação fiscal e comercial existente no país favorece a exportação da soja na forma de grão. No caso do Paraguai, os incentivos governamentais também têm favorecido a exportação de soja em estado bruto ao longo do desenvolvimento do complexo produtivo, porém, nos últimos anos, o setor tem recebido fortes investimentos privados (principalmente, por parte das firmas transnacionais) para o aumento da capacidade interna de processamento de grãos. Já o Uruguai, praticamente, não realiza industrialização, exportando a maior parte de sua produção em estado bruto.

Já mencionamos anteriormente que grande parte dos investimentos para o desenvolvimento das atividades agrícolas é realizada pelas firmas transnacionais do agronegócio que, dessa forma, passam a controlar uma ampla parcela da capacidade total de processamento de grãos instalada em cada país. Na Argentina, por exemplo, a Bunge, Cargill e Louis Dreyfus fazem parte do grupo de cinco empresas estrangeiras que controlam 69% da capacidade diária de esmagamento de soja; ao passo que, no Brasil, as empresas do grupo "ABCD" controlam em torno de 42% da capacidade diária de processamento (CEPAL, 2013:114). Já no Paraguai, a capacidade diária de processamento dessas mesmas empresas representa perto de 80% da capacidade total instalada no país.

Por fim, analisando o fluxo global de comércio da soja, tem-se que a cadeia de produção no Cone Sul se orienta em função de uma demanda essencialmente externa à região. Enquanto os países do Cone Sul (principalmente,

Brasil, Argentina e Paraguai) se colocam como principais exportadores – superando em conjunto aos EUA – os principais importadores de soja do mundo são a China e a União Europeia.

Considerações finais

Em suma, as evidências apresentadas ao longo do presente trabalho mostram que a dinâmica de desenvolvimento e integração da produção agrícola e agroindustrial a nível mundial está fortemente assentada na atuação de um pequeno número de grandes firmas transnacionais – em sua maioria, de origem estadunidense e europeia – reafirmando o tradicional padrão de subordinação "norte-sul" nas relações econômicas internacionais. Nesse contexto, cabe questionarmos até que ponto esse modelo, que continua avançando firmemente, é favorável ao bem-estar das populações dos países estudados.

A análise da configuração da cadeia agroalimentar no Cone Sul – em especial, das dinâmicas em torno da economia da soja – ilustram esse padrão de inserção subordinada, ao verificar-se que esses países cultivam cada vez mais soja em seus territórios a fim de atender uma demanda fundamentalmente externa, e o fazem seguindo um modelo de produção fortemente patrocinado pelas firmas transnacionais do agronegócio, que controlam a maior parte do fornecimento de insumos para a produção, e das dinâmicas de coleta, processamento e comercialização mundial dos grãos e seus produtos derivados.

Por outro lado, o forte avanço do modelo da agricultura empresarial (ou agronegócio) nesses países – que acompanha o processo de ampliação das cadeias agroalimentares na região – ao assentar-se no uso intensivo de capital e energia (em detrimento do trabalho humano) e guiar-se, em primeiro lugar, pela lógica do aumento da lucratividade (em detrimento da lógica da segurança

alimentar), é apontado como uma das principais forças por trás do agravamento das problemáticas sociais, como a pobreza e a desigualdade social, pois:

- O modelo do agronegócio tem levado a um acirramento das tendências de concentração no uso e na propriedade da terra, consolidando a grande unidade agrícola de cunho empresarial, e provocando um processo simultâneo de exclusão de outras unidades ou modos de produção (por exemplo, da agricultura de subsistência ou familiar);

- Em função de seu rápido crescimento e do uso intensivo de insumos agrícolas tecnológicos (sementes transgênicas e agroquímicos), o avanço do modelo do agronegócio está estreitamente ligado ao crescimento dos índices de desmatamento e de perda de biodiversidade, assim como ao aumento da contaminação dos solos e recursos hídricos, verificados nesses países – colocando-se como um risco para a preservação do meio ambiente e também para a saúde humana.

Tem-se assim que, o padrão de subordinação de interesses entre os diferentes atores envolvidos nas dinâmicas de produção agrícola nos países analisados se coloca como um desafio para a construção de um desenvolvimento mais autônomo, no sentido da priorização das demandas e das necessidades das populações locais, uma vez que as estruturas produtivas são controladas por atores estrangeiros, que têm objetivos particulares (fundamentalmente, privados), e que buscam atender demandas específicas (sobretudo, externas). Por sua parte, a lógica de produção empresarial entra em choque com os ideais de um processo de desenvolvimento nacional mais inclusivo e sustentável. Nesse sentido, argumentamos que o cenário estudado representa um ambiente adverso para o aprofundamento e longevidade das conquistas em torno da

segurança alimentar nos países em questão – que têm sido mérito, principalmente, de programas sociais específicos e não de mudanças estruturais nos respectivos sistemas agroalimentares.

Acreditamos que as discussões e ações relacionadas à agricultura e à alimentação nesses países devem avançar no sentido de conquistar também a chamada “soberania alimentar”, isto é, o direito dos povos a uma alimentação saudável e culturalmente apropriada, produzida por meio de métodos sustentáveis, e o direito dos povos de definir seus próprios sistemas agropecuários e alimentares. A ideia da soberania alimentar prioriza a produção e o consumo local, a proteção dos produtores locais, principalmente dos grupos mais vulneráveis (pequenos produtores e comunidades indígenas), e busca que os direitos do uso e gestão dos recursos naturais (como a terra, a água, as sementes e a biodiversidade) residam naqueles que produzem os alimentos, e não no setor corporativo – indo além dos objetivos de conseguir a disponibilidade e o acesso contínuo a alimentos em quantidade e qualidade adequadas por parte da população¹⁴. Trata-se de um ideal promovido, sobretudo, pelos trabalhadores rurais locais (pequenos produtores, comunidades indígenas e movimentos sociais do campo), que é reconhecido por importantes organizações internacionais de desenvolvimento, como a própria FAO¹⁵, e que, perante as

¹⁴ O conceito de “soberania alimentar” foi desenvolvido pela Via Campesina e levado ao debate público na Cúpula Mundial da Alimentação (“World Food Summit”) em 1996. Sobre a definição e a atuação da Via Campesina, ver: <www.viacampesina.org>. Acesso em: 14.03.2015.

¹⁵ A FAO ressalta a importância dos grupos locais (como os movimentos sociais e as associações de produtores) na difusão dos interesses e demandas dos trabalhadores rurais, a fim também de influenciar os processos de elaboração de marcos legais e de políticas públicas voltadas à agricultura em seus países. Em alguns países da região a ideia da soberania alimentar foi, de fato, contemplada na elaboração de marcos legais nacionais referentes ao setor agrícola – como na Bolívia, na Nicarágua, no Equador e na Venezuela. Sobre esse aspecto fomos informados pelo curso virtual

tendências em curso, merece maior atenção nas agendas políticas em torno das questões agroalimentares.

"Agricultura Familiar en América latina y el Caribe, sector clave para la seguridad alimentaria", oferecido pela FAO, no período de 16 de outubro a 31 de dezembro de 2014.

BIBLIOGRAFIA

BORRAS, S. M.; FRANCO, J. C.; GÓMEZ, S.; KAY, C.; SPOOR, M. (2012). *Land Grabbing in Latin America and the Caribbean. The Journal of Peasant Studies*, v. 39, n. 3-4, July-October, p. 845-872.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA (CEPAL). (2013) *La inversión extranjera directa en América Latina y el Caribe, 2012*. Santiago de Chile: CEPAL.

ETC GROUP (2013). *El carro delante del caballo. Semillas, suelos y campesinos: ¿Quién controla los insumos agrícolas? ETC Group, comunicado n. 111, setembro de 2013. Disponível em: www.etcgroup.org. Acesso em: 18/05/2014.*

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). (2014). *Panorama de la Seguridad Alimentaria y Nutricional en América Latina y el Caribe 2013. Hambre en América Latina y el Caribe: acercándose a los objetivos del milenio*. Roma: FAO.

_____. (2013) *Trends and impacts of foreign investments in developing country agriculture: Evidence from Case Studies*. Rome: FAO.

_____. (2012). *Dinámicas del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe: concentración y extranjerización*. Roma: FAO.

_____. (2007). *Future expansion of soybean (2005-2014): Implications for food security, sustainable rural development and agricultural policies in the countries of MERCOSUR and Bolivia. Policy Assistance Series 3 (synthesis document)*. Santiago de Chile: FAO.

FRIEDLAND, W. H. (2004). *Agri-food globalization and commodity systems. International Journal of Sociology of Food and Agriculture – Special issue: Globalization. Vol. 12, p. 5-16.*

JAMES, C. (2013). *Global Status of Commercialized Biotech/GM Crops: 2013. ISAAA Brief n. 46 (Executive Summary). The International Service for the Acquisition of Agri-biotech Applications (ISAAA): Ithaca, NY. Disponível em: http://www.isaaa.org. Acesso em: 18/04/2014.*

MAGDOFF, F.; BELLAMY, J.; BUTTEL, F. H. (Eds.). (2000). *Hungry for profit: The agribusiness threat to farmers, food and the environment*. New York: Monthly Review Press.

MOREIRA, M. B. (2004). *Agriculture and Food in the globalization Age. Journal of International Sociology of Food and Agriculture*, vol. 12, p. 17-28.

OTERO, G. (Ed.). (2008). *Food for the few: Neoliberal Globalism and Biotechnology in Latin America*. Austin: University of Texas Press.

PIÑEIRO, D. E. (2004). *En busca de la identidad: La acción colectiva en los conflictos agrarios de América Latina*. Buenos Aires: CLACSO.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). (2009). *World Investment Report 2009: Transnational corporations, agricultural production and development*. New York and Geneva: UNCTAD.

WILKINSON, J. (2009). *Globalization of Agribusiness and Developing World Food Systems*. *Monthly Review*, vol. 61, n. 4, sep. 2009. Disponível em: <http://monthlyreview.org/2009/09/01/globalization-of-agribusiness-anddeveloping-world-food-systems>. Acesso em: 22/05/2013.